



GREVES 1

AS GREVES DE DEZEMBRO DE 1999

Número de greves ¹	39
Número de grevistas ²	103.224
Número de trabalhadores/hora parados ³	2.613.596

Fonte: DIEESE.

1. Excluindo doze paralisações, pois não foi possível obter o número de grevistas envolvidos nesses eventos.
2. Nos casos em que a fonte de informações for a imprensa e faltarem dados objetivos sobre a quantidade de grevistas, será utilizada, sempre que houver indicadores que permitam, uma estimativa, correspondente ao número mínimo de participantes das paralisações.
3. Para efeito de cálculo, foi considerada uma jornada de trabalho de oito horas diárias para todas as categorias.

Nota: A coleta de dados foi feita a partir de notícias de jornais e informações dos sindicatos.

Em dezembro de 1999, as causas mais frequentemente observadas nos movimentos grevistas deflagrados no Brasil foram as de natureza econômica. Do total de 51 greves registradas pelo Banco de Dados Sindicais do DIEESE nesse mês, 26 (51,0%) tinham como ao menos uma de suas causas alguma motivação econômica. Entre estas paralisações, dezessete (33,3%) lutavam por reajuste salarial.

Em seguida, com 23 greves (45,1%), aparecem as questões ligadas à luta pelo cumprimento de direitos trabalhistas, na maioria das vezes requerendo o pagamento de salários atrasados, inclusive o 13º salário (vinte paralisações, ou 39,2%).

Em quinze paralisações (29,4%) estava em pauta a reivindicação por auxílios - dez (19,6%) incluíam entre seus itens o auxílio-alimentação, e seis (11,8%), auxílio médico.

O tema do emprego foi responsável por doze movimentos (23,5%), dos quais seis (11,8%) reagiam contra demissões, presumidas ou já efetuadas.

A cobrança de adicionais mobilizou os trabalhadores em onze situações (21,6%), e a busca de solução para conflitos nas relações trabalhistas, em dez (19,6%). Neste último caso, a exigência de melhoria nas condições de trabalho esteve relacionada a seis mobilizações (11,8%).

Em dezembro de 1999, a maioria absoluta das paralisações registradas foi promovida pelos trabalhadores do setor de serviços. Eles realizaram 27 greves (52,9% do total), tendo como motivos mais recorrentes as questões de direito, que apareceram em quinze casos (55,6% do setor), e as econômicas (nove greves, 33,3% do setor).

Os trabalhadores da indústria estiveram à frente de dezessete movimentos de paralisação (33,3%), a maior parte deles exigindo o atendimento às reivindicações econômicas (treze greves, ou 76,5% do setor). Nas mobilizações do ramo industrial também teve presença importante a busca pelo fornecimento de auxílios (oito greves, 47,1% do setor).

Os funcionários públicos realizaram sete paralisações (13,7%): quatro (57,1% do setor) foram orientadas por motivações econômicas, por relações trabalhistas, ou pleiteavam o pagamento de adicionais.

Confrontando-se os números deste mês com os de novembro de 1999, nota-se que a quantidade de mobilizações foi um pouco superior (51 greves, contra 48 do mês passado), embora tenham decrescido os demais indicadores: 103.224 grevistas, contra 143.139, e 2.613.596 trabalhadores x horas paradas contra 3.921.788.

Quando se compara com dezembro de 1998, observa-se uma grande queda em todos os indicadores, principalmente os referentes a número de greves e trabalhadores x horas paradas (70, 132.345, 6.671.434).

CATEGORIA	TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL
BASE TERRITORIAL	SÃO PAULO (SP)
EMPRESA	EMPREITEIRA CARACAS
DURAÇÃO	28/12/1999: 1 dia
NÚMERO DE GREVISTAS	75
CAUSAS	<i>Protestavam contra o atraso no pagamento do 13º salário.</i>
ENCAMINHAMENTOS/ RESULTADOS	<i>Os grevistas prestavam serviços para a Construtora RFM, no Morumbi (zona oeste). A empreiteira fez os pagamentos no mesmo dia e, à tarde, os trabalhadores retomaram as atividades.</i>
CATEGORIA	TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS URBANAS
BASE TERRITORIAL	GREVE NACIONAL
EMPRESA	COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (CHESF)
DURAÇÃO	29/11/1999 a 04/12/1999: 2 horas; 07/12/1999: 4 horas
NÚMERO DE GREVISTAS	1º dia: 200; 2º dia: (*)
CAUSAS	<i>Paralisaram as atividades para pressionar a Eletrobrás a assinar um acordo coletivo e autorizar o pagamento de um abono até o Natal de 1999, como compensação pela mudança de data-base - de novembro para maio. Também protestavam contra a modificação, por parte da empresa, de uma cláusula relativa à proteção do emprego.</i>
ENCAMINHAMENTOS/ RESULTADOS	<i>Em 07/12, as paralisações no Piauí se deram em Teresina e Guadalupe, afetando o turno matutino. Durante a semana de 29/11 a 04/12, segundo o sindicato local, já tinha havido uma paralisação de duas horas, que obteve a participação de 80% dos 250 trabalhadores da Chesf, mas não rendeu resultados.</i>
CATEGORIA	TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS URBANAS
BASE TERRITORIAL	GREVE NACIONAL
EMPRESA	CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL (ELETRONORTE)
DURAÇÃO	23/12/1999: 1 dia
NÚMERO DE GREVISTAS	(*)
CAUSAS	<i>Reivindicavam reajuste salarial.</i>
ENCAMINHAMENTOS/ RESULTADOS	<i>A greve foi iniciada às 7h e terminou no início da noite. Os funcionários aceitaram a proposta da estatal, que ofereceu um abono salarial equivalente a 50% da remuneração mensal, e decidiram aguardar até a data-base, em maio de 2000, para negociar o reajuste pleiteado. A proposta anterior da empresa determinava um abono de 60% sobre o valor líquido dos salários. O abono acordado seria pago em 03/01.</i>

CATEGORIA	TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS URBANAS
BASE TERRITORIAL	ESTADO DE PERNAMBUCO
EMPRESA	COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO (CELPE)
DURAÇÃO	01/12/1999 a 05/12/1999: 5 dias
NÚMERO DE GREVISTAS	(*)
CAUSAS	<i>Reivindicavam reajuste salarial de 7% e protestavam contra o descumprimento de itens do acordo coletivo de 1998 referentes, por exemplo, ao pagamento de horas extras cumpridas em 1995 e 1996 e ao valor cobrado pelo plano de saúde. Também exigiam estabilidade no emprego por dois anos, produtividade de 10% e o pagamento de uma dívida de R\$ 86 milhões com a Fundação Celpos.</i>
ENCAMINHAMENTOS/ RESULTADOS	<i>A greve estava sendo deflagrada em conjunto com os trabalhadores da Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa). Em 02/12, fracassou uma reunião de negociação entre as partes, realizada no Tribunal Regional do Trabalho (TRT). A Celpe oferecia aumento salarial de 6% e garantia de emprego por seis meses. Em 06/12, após ser julgada ilegal pelo TRT, a greve foi suspensa e os trabalhadores retomaram as atividades. Segundo a direção da Celpe, metade dos três dias úteis parados seria descontada da folha de pagamento. Estava marcada uma nova rodada de negociações para 09/12.</i>
CATEGORIA	TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS URBANAS
BASE TERRITORIAL	ESTADO DE PERNAMBUCO
EMPRESA	COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO (COMPESA)
DURAÇÃO	01/12/1999 a 05/12/1999: 5 dias
NÚMERO DE GREVISTAS	(*)
CAUSAS	<i>Reivindicavam a manutenção das condições do plano de saúde. A empresa, alegando ser muito alto o número de beneficiários, entre agregados e dependentes, decidira aumentar o desconto do auxílio - que até então estava em 5% do salário - e cortar serviços tais como a assistência ortodôntica.</i>
ENCAMINHAMENTOS/ RESULTADOS	<i>A greve estava sendo deflagrada em conjunto com os trabalhadores da Companhia Energética de Pernambuco (Celpe). De acordo com o sindicato, o aumento que a Compesa pretendia aplicar sobre os descontos referentes ao plano de saúde chegava, em alguns casos, a 110%. A entidade informou que estava negociando a manutenção do plano havia onze meses e só decidiu pela greve porque a empresa não vinha mais pagando os serviços conveniados - a dívida já chegava a R\$ 2,5 milhões. Em 03/12, após negociação ocorrida no Tribunal Regional do Trabalho, ficou definido que a Compesa passaria a limitar sua participação financeira no plano de saúde a R\$ 360 mil. Os dias parados seriam pagos pela empresa. Também foi determinado um prazo de 120 dias, a partir de 1º de janeiro, para que a estatal fizesse uma licitação a fim de contratar um plano de saúde mais econômico. Até lá, ficavam mantidas as condições do plano vigente. Com o acordo, os funcionários marcaram o retorno ao trabalho para 06/12.</i>
CATEGORIA	TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS URBANAS
BASE TERRITORIAL	ESTADO DO PIAUÍ
EMPRESA	COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ (CEPISA)
DURAÇÃO	15/12/1999: 1 dia; 28/12/1999 a 31/12/1999: 4 dias
NÚMERO DE GREVISTAS	1º dia: (*); 2º dia em diante: 896
CAUSAS	<i>Reivindicavam reajuste salarial de 6,09% e abono compensatório pela mudança de data-base - de novembro para maio -, além da assinatura do acordo coletivo e melhores condições de trabalho.</i>

ENCAMINHAMENTOS/ RESULTADOS	<i>No dia 15/12, os trabalhadores paralisaram as atividades durante todo o dia. Em 28/12, a empresa sofreu a maior paralisação de sua história. O movimento envolveu 90% dos trabalhadores de Teresina e 100% dos funcionários de cidades como Picos e Floriano. No total, de acordo com o sindicato, cruzaram os braços 70% dos 1.280 funcionários da Cepisa em todo o estado. Segundo a entidade, os salários dos funcionários da empresa variavam entre R\$ 360,00 e R\$ 900,00, excluindo os cargos de chefia. O reajuste salarial compensaria as perdas salariais acumuladas em 16% desde 1998, de acordo com a entidade. Em 28/12, para garantir os serviços essenciais de plantão e manutenção, foram destacadas equipes de operadores e atendentes em número superior aos 30% exigidos pela lei. A diretoria da Cepisa afirmou que a empresa não pretendia negociar com os trabalhadores, pois esperava parecer do Tribunal Superior do Trabalho (TST) sobre o caso.</i>
CATEGORIA	TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ÁGUA, ESGOTO E MEIO AMBIENTE
BASE TERRITORIAL	DISTRITO FEDERAL (DF)
EMPRESA	COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DE BRASÍLIA (CAESB)
DURAÇÃO	06/12/1999 a 20/12/1999: 15 dias
NÚMERO DE GREVISTAS	800 (1º dia)
CAUSAS	<i>Protestavam contra o descumprimento de cláusulas do acordo coletivo e reivindicavam, entre outros pontos, reajuste salarial de 31,30%, participação nos lucros e resultados da empresa (PLR), volta do plano de saúde de autogestão, aumento no valor do auxílio-transporte de R\$ 40,15 para R\$ 86,00, reavaliação do plano de cargos e salários e o retorno da concessão de lanche matinal.</i>
ENCAMINHAMENTOS/ RESULTADOS	<i>O sindicato afirmou que a greve foi decretada como resposta à falta de resultados nas negociações com a empresa, que já duravam quatro meses. As paralisações envolviam apenas o pessoal da manutenção da rede. Em 06/12, entrou em greve grande parte dos 1.146 trabalhadores dos postos de serviço do Setor de Indústria e Abastecimento (SIA) e de Taguatinga. Os portões dos dois setores foram lacrados pelos grevistas, voltando a ser abertos à tarde, por ordem da Justiça. Em 08/12, foram paralisadas as unidades de Gama e Samambaia. Nessa data, o sindicato calculava a adesão em quase 70% do pessoal da manutenção. Diante das acusações, feitas pela empresa, de que os grevistas estariam descumprindo a intimação judicial, o sindicato garantiu que os portões permaneciam desobstruídos ao longo da paralisação. Além disso, a entidade liberou os atendimentos considerados emergenciais e mantinha 100% dos serviços de tratamento de água e esgoto e de abastecimento e controle de qualidade da água. Até 15/12, as áreas mais afetadas pela greve eram Brazlândia, Samambaia, SIA, Planaltina, Paranoá e Sobradinho. Nesses locais, as equipes de manutenção estavam 100% paradas, respondendo apenas a chamados de emergência. Em 13/12, a primeira audiência entre as partes na Justiça do Trabalho não rendeu resultados. A Caesb informou que havia desistido de negociar diretamente com o sindicato. A empresa alegava que o acordo coletivo de trabalho ainda estava em vigor - sua vigência se estenderia até outubro de 2000 - e não via motivo para novas negociações. O principal impasse se dava em torno do pagamento da PLR. O sindicato exigia que ela fosse distribuída de forma igualitária entre todos os funcionários. A Caesb, que havia antecipado parte do prêmio para o dia 15/12 - o pagamento estava marcado para janeiro -, não abria mão das cotas proporcionais na divisão da PLR. Em 20/12, a paralisação prosseguia.</i>
CATEGORIA	TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ÁGUA, ESGOTO E MEIO AMBIENTE
BASE TERRITORIAL	ESTADO DE SÃO PAULO
EMPRESA	COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (SABESP)
DURAÇÃO	21/12/1999: 1 dia; 22/12/1999: 4 horas
NÚMERO DE GREVISTAS	18.227

CAUSAS	<i>Protestavam contra liminar, concedida à Sabesp em dezembro pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), que suspendia os resultados do dissídio coletivo arbitrado pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT) em 25/10. A decisão do TST anulou a concessão de reajuste salarial de 4%, mais 3,6% de produtividade (total de 7,74%) e 2% a título de maturidade - benefício que considera tempo de serviço, formação e atualização do trabalhador -, além de cesta básica de R\$ 60,00, tiquete-refeição de R\$ 10,51, auxílio-creche, adicional por dupla função, estabilidade no emprego por noventa dias e manutenção do nível de emprego de 98% por quadrimestre. Em consequência do efeito suspensivo, os trabalhadores passariam a dispor somente dos direitos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Em Santos, os trabalhadores protestavam ainda contra a intenção da prefeitura local de municipalizar o sistema de coleta e tratamento de água e esgoto.</i>
ENCAMINHAMENTOS/ RESULTADOS	<i>Cerca de 98% dos 18.599 funcionários da Sabesp entraram em greve, segundo o sindicato. A entidade informou que estavam sendo mantidos somente os serviços de distribuição e tratamento de água, que estariam operando em esquema de emergência. A Sabesp afirmava não ter condições de conceder reajuste salarial por ter sofrido prejuízo de R\$ 420 milhões, de janeiro a setembro, o que a teria obrigado a fazer ajustes em suas contas internas. O sindicato declarou que a empresa havia aumentado em 17% a tarifa dos serviços prestados à população, sem qualquer contrapartida em favor dos funcionários. O Sindicato dos Urbanitários de Santos acusava os governos estadual e municipal de "entreguistas", uma vez que estariam pretendendo propiciar condições para a privatização da Sabesp. Segundo este sindicato, o governador de São Paulo desejava transferir a administração da estatal para a União, em troca da anulação de dívidas do estado, e, para tanto, queria cortar todos os benefícios do quadro funcional da empresa. Em reunião de 20/12, a estatal apresentou proposta prevendo a manutenção de algumas cláusulas da convenção coletiva anterior. A oferta descartava a concessão de reajuste salarial, determinava o pagamento de gratificação de férias e adicional noturno conforme a legislação trabalhista, oferecia garantia de emprego até maio para os 12 mil funcionários de áreas operacionais e mantinha o auxílio-creche e o adicional por tempo de serviço. Para o sindicato de Santos, a limitação da garantia do nível de emprego a apenas três meses revelava a intenção da Sabesp de demitir pessoal. Em 21/12, houve uma audiência de conciliação, mas as partes não chegaram a qualquer acordo. O TRT negou-se a julgar a greve, sustentando que o mérito da reivindicação dos trabalhadores ainda estava sendo apreciado pelo TST. Mais de quinhentos funcionários fizeram manifestação em frente à sede da estatal, na zona oeste da cidade. Em Itapetininga (interior), a paralisação atingiu 71% dos cerca de trezentos funcionários da região. O sindicato local informou que a empresa propôs a redução do número de vales-refeição de 24 para 22, com a diminuição do valor de R\$ 10,51 para R\$ 8,00. A cesta básica ficaria restrita aos funcionários que recebem salários inferiores a R\$ 1 mil por mês. Em 22/12, à tarde, os trabalhadores suspenderam a greve. Eles aceitaram uma proposta da empresa, que mantinha a convenção coletiva da categoria até o final de dezembro e assegurava o vale-refeição de R\$ 10,51 até o término de janeiro. Também estava prevista no acordo a retomada das negociações em 03/01.</i>
CATEGORIA	TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS E FARMACÊUTICAS
BASE TERRITORIAL	HORTOLÂNDIA (SP)
EMPRESA	INPAMOTEC (PLÁSTICOS)
DURAÇÃO	07/12/1999: 1 dia
NÚMERO DE GREVISTAS	200
CAUSAS	<i>Reivindicavam o pagamento dos salários de novembro e a participação nos lucros e resultados (PLR) de 1998, no valor de R\$ 300,00, além de horas extras e cesta básica. Protestavam, ainda, contra a falta de pagamento de direitos rescisórios a funcionários recém-demitidos.</i>
ENCAMINHAMENTOS/ RESULTADOS	<i>Segundo o sindicato, a empresa já tinha avisado que não pagaria também o adiantamento salarial do dia 20/12. Estava marcada para 08/12 uma assembléia para definir o futuro da paralisação.</i>

CATEGORIA	TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE PAPEL, PAPELÃO E CORTIÇA
BASE TERRITORIAL	SÃO PAULO (SP)
EMPRESA	EMPAX
DURAÇÃO	02/12/1999: 1 dia
NÚMERO DE GREVISTAS	150
CAUSAS	<i>Reivindicavam reajuste de 4,5%, já pago por outras empresas do setor, e protestavam contra a tentativa da Empax de mudar as condições do convênio médico.</i>
ENCAMINHAMENTOS/ RESULTADOS	<i>Nessa data, não havia solução para o impasse.</i>
CATEGORIA	TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS GRÁFICAS
BASE TERRITORIAL	ESTADO DE ALAGOAS
EMPRESA	SERGASA (GRÁFICA OFICIAL DO ESTADO)
DURAÇÃO	27/12/1999: 1 dia
NÚMERO DE GREVISTAS	320
CAUSAS	<i>Protestavam contra o atraso no pagamento dos salários de novembro e contra o projeto de reforma administrativa do governo estadual, que determinava a criação de um Departamento de Imprensa com apenas oitenta funcionários.</i>
ENCAMINHAMENTOS/ RESULTADOS	<i>O projeto de reforma administrativa do governo previa que os funcionários da Sergasa não empregados pelo Departamento de Imprensa seriam reaproveitados por outro órgão a ser criado, a CARHP (Companhia de Recursos Humanos e Patrimoniais). O sindicato, entretanto, temia que a maior parte dos funcionários da gráfica não fossem realmente reempregada. A Sergasa dependia dos recursos repassados mensalmente pela Secretaria da Fazenda para completar a sua folha de pagamento, já que a arrecadação da gráfica era insuficiente para pagar os salários dos 320 funcionários. Para possibilitar o acerto dos salários, os grevistas aguardavam o repasse de R\$ 250 mil. No mesmo dia da paralisação, os grevistas conseguiram uma reunião com o governador do estado.</i>
CATEGORIA	TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS GRÁFICAS
BASE TERRITORIAL	BRASÍLIA (DF)
EMPRESA	IMPrensa NACIONAL
DURAÇÃO	13/12/1999 a 14/12/1999: 2 dias
NÚMERO DE GREVISTAS	740
CAUSAS	<i>Reivindicavam a manutenção da Gratificação de Produção Suplementar (GPS), considerada ilegal pelo Ministério do Planejamento, e denunciavam a má gestão financeira e administrativa da Imprensa Nacional - perda de receita, aumento de despesas, redução da produção e contratação de serviços terceirizados desnecessários.</i>
ENCAMINHAMENTOS/ RESULTADOS	<i>Os funcionários da Imprensa Nacional, responsável pela impressão e distribuição do Diário Oficial da Justiça e do Distrito Federal, além do Jornal da Câmara, iniciaram a paralisação às 14h de 13/12. A greve, que paralisou os setores de indústria e de edição, foi motivada por um parecer do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que questionava a base de cálculo da GPS. De acordo com os funcionários, se confirmado o parecer do ministério, eles teriam uma redução de R\$ 1.500,00 em seus salários. O fim da greve foi decidido depois de uma reunião de negociação entre a comissão de trabalhadores e o secretário executivo do ministério, que assegurou o propósito do governo de manter o nível salarial então vigente. O secretário também garantiu já ter entrado em contato com o Ministério do Planejamento, para que não houvesse redução salarial enquanto a matéria estivesse sendo estudada pelos respectivos órgãos jurídicos</i>

CATEGORIA	TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE VIDROS, CRISTAIS, ESPELHOS, CERÂMICA DE LOUÇA E PORCELANA
BASE TERRITORIAL	INDAIATUBA (SP)
EMPRESA	SCHOTT GLAVERBEL DO BRASIL
DURAÇÃO	29/11/1999 a 04/12/1999: 2 dias
NÚMERO DE GREVISTAS	180
CAUSAS	<i>Reivindicavam participação nos lucros e resultados da empresa (PLR), sábados livres e a instalação de um refeitório na fábrica.</i>
ENCAMINHAMENTOS/ RESULTADOS	<i>Os trabalhadores fizeram uma paralisação de dois dias, na semana de 29/11 a 04/12 (não foi possível obter a data precisa do movimento). Os funcionários conquistaram suas reivindicações - além do refeitório, obtiveram o direito de folgar um sábado a cada dois trabalhadores. A empresa também se comprometeu a pagar a PLR até o final de dezembro.</i>
CATEGORIA	TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO
BASE TERRITORIAL	CAMPINAS (SP)
EMPRESA	MONTE D'ESTE (CABOS E FIOS TELEFÔNICOS)
DURAÇÃO	01/12/1999 a 05/12/1999: 5 dias
NÚMERO DE GREVISTAS	380
CAUSAS	<i>Reivindicavam reajuste salarial, entre outros pontos.</i>
ENCAMINHAMENTOS/ RESULTADOS	<i>Os trabalhadores encerraram a greve depois de aceitarem a proposta da empresa, que previa reajuste de 14,75% para quem ganha até R\$ 350,00, 12% para salários entre R\$ 351,00 e R\$ 500,00, 9% para salários de R\$ 501,00 a R\$ 1.200,00, 7,5% para vencimentos entre R\$ 1.201,00 e R\$ 1.750,00, e aumento de R\$ 131,00 fixos para salários acima desse último patamar. Além disso, foram mantidas todas as cláusulas da convenção coletiva anterior, como cesta básica e convênio médico.</i>
CATEGORIA	TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO
BASE TERRITORIAL	COTIA (SP)
EMPRESA	SPL UTILIDADES DOMÉSTICAS/NOTÁVEL UTILIDADES DOMÉSTICAS
DURAÇÃO	17/12/1999 a 28/12/1999: 12 dias
NÚMERO DE GREVISTAS	500
CAUSAS	<i>Protestavam contra o atraso no pagamento dos salários de novembro, do 13º salário e de cestas básicas.</i>
ENCAMINHAMENTOS/ RESULTADOS	<i>Os trabalhadores decretaram a greve quando a empresa, em concordata, descumpriu determinação do TRT que a obrigava a pagar os atrasados. Cerca de 130 funcionários da SPL-Notável eram ex-funcionários da Gazarra, pertencente ao mesmo grupo de acionistas e suspeita de falência fraudulenta. Um deputado estadual entrou com pedido de investigação no Ministério Público, acusando a família Gazarra de estar desviando bens da empresa falida, que não havia pago os direitos de seus quatrocentos funcionários, para outras do mesmo grupo, controladas por "laranjas". O deputado queria que o assunto fosse levado à CPI do Crime Organizado. Os trabalhadores denunciaram que o maquinário da SPL-Notável estava sendo levado para a Misuna, outra empresa da família, instalada em Tatuí (SP). Os grevistas resolveram voltar às atividades em 1º de janeiro, diante da promessa, feita pela empresa, de pagar as cestas básicas em 30/12. O saldo do salário de novembro seria acertado depois de quinze dias do retorno ao trabalho.</i>
CATEGORIA	TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO
BASE TERRITORIAL	SÃO PAULO (SP)
EMPRESA	GREVE DE CATEGORIA
DURAÇÃO	01/12/1999: 1 dia
NÚMERO DE GREVISTAS	1.200

CAUSAS	<i>Reivindicavam reajuste salarial e abono.</i>
ENCAMINHAMENTOS/ RESULTADOS	<i>Segundo o sindicato, 1.200 trabalhadores de dez empresas cruzaram os braços para forçar os patrões a negociar. Na Fundep, fábrica de fundição, os trabalhadores fecharam um acordo com a empresa após quatro horas de paralisação. Eles conquistaram reajuste de 6%, em janeiro, mais 7% de abono, em dezembro, além de 2,5% referentes à data-base de 1998. Também foram acertados com a Fundep outros dois abonos, ambos de 5%, a serem pagos em maio e junho de 2000.</i>
CATEGORIA	TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO
BASE TERRITORIAL	SÃO PAULO (SP)
EMPRESA	ALSTOM (PAINÉIS DE ALTA E BAIXA TENSÃO)
DURAÇÃO	09/12/1999 a 11/12/1999: 3 dias
NÚMERO DE GREVISTAS	305
CAUSAS	<i>Reivindicavam reajuste salarial, entre outros pontos.</i>
ENCAMINHAMENTOS/ RESULTADOS	<i>O sindicato negociou uma proposta prevendo reajuste salarial de 6% em dezembro, abono de 10% em janeiro, bem como o fim do limite de cinco consultas médicas gratuitas por ano e extensão da cesta básica para todos os empregados. Os trabalhadores fariam assembleia em 13/11, para decidir se acatariam a proposta. Até 11/12, no entanto, permaneciam em greve.</i>
CATEGORIA	EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO
BASE TERRITORIAL	DISTRITO FEDERAL (DF)
EMPRESA	COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL (NOVACAP)
DURAÇÃO	02/12/1999: 1 dia
NÚMERO DE GREVISTAS	800
CAUSAS	<i>Protestavam contra a intenção do governo distrital de excluir do acordo coletivo treze cláusulas sociais, tais como o auxílio-funeral e a licença administrativa remunerada.</i>
ENCAMINHAMENTOS/ RESULTADOS	<i>Cerca de oitocentos funcionários se reuniram, a partir das 6h, em assembleia convocada para discutir questões de acordo financeiro e salarial com a empresa. Durante a assembleia, os trabalhadores decidiram trancar os portões da empresa. A direção da Novacap exigiu que os portões fossem reabertos imediatamente. Resistindo à ordem, os funcionários sentaram-se no chão, bloqueando totalmente a entrada da sede. O secretário de Segurança do Distrito Federal chegou à empresa às 11h20, determinando que os trabalhadores desimpedissem os portões, mas não foi atendido. Houve repressão da Polícia Militar, que acabou por causar a morte de um servente do Departamento de Parques e Jardins. Foram feridas 34 pessoas, incluindo oito funcionários que foram hospitalizados com lesões graves. Dois deles perderam um olho, atingidos por balas de borracha disparadas pela polícia. A PM prendeu dez manifestantes, que foram conduzidos à delegacia para prestar depoimento. O secretário de Segurança Pública defendeu a ação policial, sustentando que o comportamento da tropa estava de acordo com o programa de "Tolerância Zero". Ele afirmou ainda que a polícia de Brasília "não tolera pessoas infringindo a lei". A Ordem dos Advogados do Brasil pretendia acompanhar a investigação do caso, para garantir que o processo não fosse desvirtuado por pressões políticas. No dia seguinte ao conflito, o IML (Instituto Médico-Legal) constatou que a morte do jardineiro foi causada por um projétil de chumbo que perfurara seu pulmão direito. O laudo do IML desmentiu a informação divulgada pela PM de que os policiais haviam utilizado apenas balas de borracha para conter o protesto. Além disso, pelo menos mais duas pessoas atendidas no Hospital de Base do Distrito Federal tinham sido atingidas por armas de fogo durante o conflito com a PM. Os médicos-legistas retiraram do corpo do trabalhador assassinado seis projéteis de chumbo. Segundo o laudo, havia perfurações de bala inclusive na sola dos pés, o que indicava que pelo menos um dos tiros fora dado quando a vítima estava deitada. A comprovação de que o jardineiro havia sido morto por balas de</i>

chumbo causou a demissão do secretário de Segurança Pública. Em 06/12, dezenove PMs participantes da ação repressiva foram detidos no quartel onde serviam. O governo do DF prometeu indenizar a família do jardineiro e os dois trabalhadores que ficaram cegos de um olho em razão das agressões sofridas na ação da PM. Em 09/12, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados considerou o governador do Distrito Federal culpado pela morte do trabalhador. Segundo depoimento de dois coronéis direta ou indiretamente responsáveis pela operação repressiva, a ordem para atacar os manifestantes fora passada diretamente pelo governador ao secretário de Segurança.

CATEGORIA	EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO, EMPREGADOS EM SEGURANÇA E VIGILÂNCIA
BASE TERRITORIAL	SÃO PAULO (SP)
EMPRESA	ENJASEL
DURAÇÃO	09/12/1999 a 13/12/1999: 5 dias
NÚMERO DE GREVISTAS	250
CAUSAS	<i>Reivindicavam o pagamento de salários atrasados, assim como a primeira parcela do 13º salário e vales-transporte.</i>
ENCAMINHAMENTOS/ RESULTADOS	<i>A empresa era prestadora de serviços gerais à Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Com a greve, foram paralisados os serviços de limpeza, vigilância e funcionamento do restaurante universitário. Em 13/12, os grevistas começaram a fazer "pedágios", a fim de levantar dinheiro para comprar comida e passagens de ônibus. Segundo o comando de greve, o salário dos funcionários era de R\$ 172,00 e sofria constantes atrasos no pagamento - desta vez, a Enjasel estava em débito desde o dia 07/12. Os trabalhadores esperavam que uma nova empresa assumisse as funções da Enjasel, reaproveitando os funcionários. Até 13/12, não havia solução para o impasse.</i>
CATEGORIA	EMPREGADOS EM SERVIÇOS DE SAÚDE
BASE TERRITORIAL	ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
EMPRESA	GREVE DE CATEGORIA (REDE ESTADUAL DE SAÚDE)
DURAÇÃO	13/11/1999 a 19/12/1999: 37 dias
NÚMERO DE GREVISTAS	8.500
CAUSAS	<i>Reivindicavam o pagamento imediato de três meses de salários atrasados; cumprimento da liminar que determinava a incorporação de 26,8% de perdas aos salários; pagamento em dia do ticket-alimentação e do vale-transporte. Exigiam ainda garantia de entrega do vale-transporte até o quinto dia útil de cada mês e a retirada do projeto de lei, de autoria da Assembléia Legislativa, que extinguiu o ticket-alimentação; acerto do débito de 100% dos juros referentes ao rotativo de outubro; fim do contingenciamento de 20% nos salários; revisão de 49 demissões já efetivadas; melhoria das condições de trabalho, com a aquisição de equipamentos de proteção individual, e, para todos os setores de radiologia, a compra de dosímetros (aparelho que mede a quantidade de radiação que o funcionário recebe) e protetores de tireóide; realização de concurso público para suprir a carência de recursos humanos na área de saúde; e garantia de tratamento igualitário para servidores e médicos. No caso específico dos médicos, reivindicavam pisos salariais de R\$ 1,2 mil (vinte horas semanais), R\$ 1,4 mil (24 horas) e R\$ 2,4 mil (quarenta horas).</i>
ENCAMINHAMENTOS/ RESULTADOS	<i>A greve dos médicos e servidores da saúde foi deflagrada em 16/11, mas os profissionais do Hospital Infantil já estavam parados desde o dia 13/11. Cruzaram os braços 1.500 médicos e 7 mil servidores de nível médio. O governo chegou a apresentar ao Legislativo um projeto de lei que estabelecia um salário de R\$ 1,2 mil, correspondente a uma jornada de vinte horas semanais - os médicos que cumpriam tal carga horária ganhavam, até então, R\$ 600,00 - e propunha reduzir de quarenta para vinte horas por semana a jornada de alguns médicos. A proposta, rejeitada pela categoria, não contemplava os médicos de ambulatórios. De acordo com o sindicato dos médicos, um dos problemas do projeto era o de não esclarecer se a</i>

diminuição da jornada resultaria em redução salarial. Apesar de já não ter agradado à categoria com a proposta inicial, posteriormente o governo a rebaixou ainda mais: passou a oferecer apenas uma bonificação de R\$ 600,00. Os servidores também repudiavam a intenção, proposta pelo governo, de parcelar os pagamentos de outubro em 36 vezes - a partir de janeiro -, de novembro, em 32 vezes - a partir de maio -, e de dezembro, em 29 vezes - a partir de agosto. A sugestão da categoria era de que o pagamento fosse feito em dezenove parcelas. Em 01/12, os médicos do Instituto Estadual de Saúde Pública (IESP) decidiram sair da greve. A categoria aceitou a proposta do governo do estado, que previa o pagamento, até 31 de dezembro de 2000, de gratificações de atendimento de urgência e emergência, no valor de R\$ 300,00. O primeiro pagamento seria efetuado já em 01/12. A partir de janeiro de 2001, o valor passaria a R\$ 600,00 e seria incorporado aos salários dos médicos. Dessa forma, os médicos que trabalhavam vinte horas semanais teriam o salário aumentado de R\$ 600,00 para R\$ 900,00, até o final do ano 2000, e para R\$ 1,2 mil, a partir do ano seguinte. Os médicos com jornada de quarenta horas por semana teriam a carga horária reduzida para vinte horas e os salários, de R\$ 1,2 mil, mantidos, mas não receberiam gratificação. Ficou acertado com os médicos o compromisso de não reivindicarem equiparação salarial entre si. Também foi instituído o adicional de plantão, fixado em 10% e 20% sobre o salário-base. Já os demais servidores da saúde permaneceram em greve. Em assembléia de 17/12, entretanto, decidiram voltar às atividades a partir do dia 20/12. As duas principais razões foram a decisão do Supremo Tribunal Federal de suspender o contingenciamento salarial e o retorno de vinte dos 49 funcionários que haviam sido demitidos. Foi acordado com a Secretaria da Saúde, ainda, que o atraso na entrega dos tickets-alimentação seria colocado em dia com o fornecimento de talões extras nos meses de dezembro, março e maio. Em 17/12, somente os funcionários do Centro de Reabilitação Física do estado ainda não haviam decidido voltar ao trabalho. Os servidores ameaçaram retomar a paralisação em fevereiro, caso fosse aprovado o projeto de lei que extinguiu o IESP. De acordo com o sindicato, o texto do projeto deixava brechas para que os funcionários fossem colocados em disponibilidade ou até mesmo demitidos.

CATEGORIA	EMPREGADOS EM SERVIÇOS DE SAÚDE
BASE TERRITORIAL	JOÃO PESSOA (PB)
EMPRESA	POSTO DE ATENDIMENTO MÉDICO DE JAGUARIBE
DURAÇÃO	01/12/1999 a 03/12/1999: 3 dias
NÚMERO DE GREVISTAS	300
CAUSAS	<i>Protestavam contra a redução de 70% no valor do adicional de produtividade, contra o sucateamento de equipamentos e contra o corte de 65,5% no total de recursos repassados à instituição, consequência da municipalização do hospital.</i>
ENCAMINHAMENTOS/ RESULTADOS	<i>Segundo o sindicato, o corte nas gratificações afetou os cerca de trezentos funcionários ligados à Secretaria Estadual da Saúde que trabalham no posto. Com a medida, a produtividade paga aos funcionários de nível superior caiu de R\$ 223,00 para R\$ 120,00. Já os trabalhadores de nível médio, que recebiam R\$ 134,00 a título de produtividade, tiveram o prêmio reduzido para R\$ 35,00. Os grevistas decidiram manter a paralisação até que o secretário estadual de Saúde assumisse o compromisso de recebê-los para negociar as reivindicações. Estava marcada para 06/12 uma reunião entre as partes. Após a reunião, no mesmo dia, os trabalhadores realizariam uma assembléia para decidir entre a suspensão do movimento ou a deflagração de uma greve geral do setor.</i>

CATEGORIA	MÉDICOS
BASE TERRITORIAL	JOÃO PESSOA (PB)
EMPRESA	GREVE DE CATEGORIA (REDE MUNICIPAL DE SAÚDE)
DURAÇÃO	30/11/1999 a 27/12/1999: 28 dias
NÚMERO DE GREVISTAS	300 (de 05/12 a 22/12) * (de 23/12/1999 em diante)

CAUSAS	<i>Protestavam contra o desconto de 50% nas gratificações de plantão relativas ao período de 07/09 a 17/09, quando a categoria se encontrava em greve. No caso da Maternidade Santa Maria, lutavam pela implantação do adicional.</i>
ENCAMINHAMENTOS/ RESULTADOS	<i>A greve foi iniciada em 30/11 pelos médicos do Hospital de Pronto-Socorro Municipal (HPSM). Os médicos da Maternidade Cândida Vargas aderiram à paralisação em 03/12, e os da Maternidade Santa Maria, a partir de 05/12. Segundo o sindicato, ao final da última paralisação da categoria, o governo havia se comprometido a não fazer retaliações aos grevistas. Ao longo da nova greve, a Secretaria da Saúde chegou a propor o pagamento integral da gratificação aos médicos e anestesistas que comprovassem o atendimento a pacientes durante o período da última greve. Em 22/12, após assembleia da qual participaram a diretoria do HPSM, seu corpo clínico e representantes do sindicato, ficou decidido o fim da greve naquela unidade. Foi elaborado um termo de compromisso que previa o pagamento das gratificações de plantão aos profissionais que comprovassem a prestação de serviço durante os dias da última greve. Os casos pendentes relativos a plantonistas que, por característica da sua própria especialidade médica, não tivessem como provar a produção seriam analisados pela direção técnica do HPSM, junto com representantes dos sindicatos. Os participantes da greve recém-encerrada no hospital também teriam a gratificação de dezembro paga integralmente até 15/01. Na ocorrência de futuras greves, o benefício só será concedido àqueles que tiverem produção comprovada. A paralisação nos outros hospitais da rede municipal, porém, estava mantida - em 27/12, os médicos das maternidades Santa Maria e Cândida Vargas permaneciam parados. Neste último hospital, a equipe técnica pretendia entregar, em 28/12, um termo de acordo à Secretaria de Saúde Municipal. Pelo documento, os médicos se dispunham a voltar ao trabalho mesmo sem conseguir os 100% das gratificações de plantão. Constava no termo que, caso lhes fosse oferecida uma proposta abaixo de R\$ 200,00, recusariam o dinheiro em seus contracheques, mas a greve não seria retomada. Quanto à situação na Maternidade Santa Maria, o sindicato informou que o secretário da Saúde condicionava a implantação da gratificações de plantão ao estabelecimento de um plano de cargos, carreiras e salários municipal. O sindicato considerava o argumento como um pretexto da administração municipal para evitar o atendimento à reivindicação dos médicos da Santa Maria.</i>
CATEGORIA	MÉDICOS
BASE TERRITORIAL	CARAPICUÍBA
EMPRESA	GREVE DE CATEGORIA (REDE MUNICIPAL DE SAÚDE)
DURAÇÃO	03/11/1999 a 31/12/1999: 59 dias
NÚMERO DE GREVISTAS	130
CAUSAS	<i>Protestavam contra o atraso no pagamento de salários, além das gratificações referentes aos meses de junho, julho e agosto.</i>
ENCAMINHAMENTOS/ RESULTADOS	<i>Os hospitais do município vinham atendendo apenas aos casos de emergência. Em 31/12, não havia solução para o impasse.</i>
CATEGORIA	EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE
BASE TERRITORIAL	MACEIÓ (AL)
EMPRESA	(*) (PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À UNIDADE DE EMERGÊNCIA)
DURAÇÃO	23/12/1999: 1 dia
NÚMERO DE GREVISTAS	500
CAUSAS	<i>Protestavam contra o descumprimento de acordo pelo qual o governo se comprometia a pagar os salários dos prestadores de serviços do hospital na mesma data em que os servidores efetivos recebiam. Também exigiam do governo um pronunciamento sobre nove folhas salariais que teriam deixado de ser pagas na gestão anterior.</i>
ENCAMINHAMENTOS/ RESULTADOS	<i>A Secretaria da Saúde depositou os salários em 24/12, e a greve foi encerrada.</i>

CATEGORIA	EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE
BASE TERRITORIAL	ITAPETININGA (SP)
EMPRESA	SANTA CASA DE ITAPETININGA
DURAÇÃO	08/11/1999 a 31/12/1999: 54 dias
NÚMERO DE GREVISTAS	350
CAUSAS	<i>Reivindicavam o pagamento de 50% dos salários de outubro e a primeira parcela do 13º - que deveria ter sido depositada até 30/11 -, além de melhores condições de trabalho - faltavam medicamentos básicos no hospital - e estabilidade no emprego.</i>
ENCAMINHAMENTOS/ RESULTADOS	<i>A greve paralisou os setores de enfermagem, limpeza, cozinha, escritório e pronto-socorro, que envolviam 70% dos funcionários do hospital. O corpo clínico, composto por cem médicos, e a lavanderia, que é terceirizada, não integraram o movimento. Em novembro, foram pagos os 30% restantes do salário de setembro e mais 50% dos vencimentos de outubro. No dia 29/11, os grevistas ocuparam a Santa Casa, após a ameaça da direção de retirar os cartões de ponto dos trabalhadores que tivessem aderido à paralisação. Desde 26/11, haviam sido formados grupos de trabalho para estudar formas de captar recursos e reduzir custos do hospital. O provedor da Santa Casa adiantou que uma das soluções estudadas era a criação de uma contribuição mensal de R\$ 3,00 por família residente no município. Tal medida, segundo ele, geraria uma receita de R\$ 100 mil, suficiente para cobrir o déficit de R\$ 90 mil por mês. Até 01/12, entretanto, a greve prosseguia.</i>
CATEGORIA	AERONAUTAS
BASE TERRITORIAL	GREVE NACIONAL
EMPRESA	GREVE DE CATEGORIA
DURAÇÃO	16/12/1999 a 17/12/1999: 2 dias
NÚMERO DE GREVISTAS	8.000
CAUSAS	<i>Reivindicavam 8,87% de reajuste salarial, de acordo com o ICV-DIEESE, mais 6,88% a título de reposição de perdas.</i>
ENCAMINHAMENTOS/ RESULTADOS	<i>As empresas aéreas vinham oferecendo reajuste salarial de apenas 4%. O protesto, iniciado às 18h do dia 16/12, consistia em atrasar, por cinco minutos, as saídas dos vôos no eixo Rio-São Paulo. Em 17/12, também houve paralisações.</i>
CATEGORIA	PORTUÁRIOS
BASE TERRITORIAL	SANTOS (SP)
EMPRESA	TERMINAL DE AÇÚCAR (TEAÇU)
DURAÇÃO	29/11/1999 a 02/12/1999: 4 dias
NÚMERO DE GREVISTAS	300
CAUSAS	<i>Protestavam contra o descumprimento da determinação do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), relativa ao dissídio da categoria, que obrigava a empresa a conceder aos trabalhadores um reajuste de 55% (de R\$ 0,15 para R\$ 0,23) no valor de remuneração por tonelada embarcada.</i>
ENCAMINHAMENTOS/ RESULTADOS	<i>A greve paralisou quatro armazéns do Teaçú, empresa que explora o embarque de açúcar do porto de Santos. Segundo o sindicato, esse terminal era o único a desrespeitar a decisão judicial. Em 02/12, o TRT julgou a greve não-abusiva e determinou que os empregadores pagassem o reajuste já definido pelo tribunal. Eventual atraso na concessão do reajuste seria punido com multa de R\$ 50 mil por dia. O TRT determinou também o pagamento dos dias parados e estabilidade no emprego por sessenta dias.</i>
CATEGORIA	TRABALHADORES EM EMPRESAS FERROVIÁRIAS
BASE TERRITORIAL	ESTADO DE SÃO PAULO
EMPRESA	COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS (CPTM)
DURAÇÃO	20/12/1999: 7 horas
NÚMERO DE GREVISTAS	(*)

CAUSAS	<i>Reivindicavam o pagamento de participação nos lucros e resultados da empresa (PLR): R\$ 500,00 referentes a 1997, R\$ 1,2 mil sobre 1998, e mais R\$ 500,00 relativos a 1999.</i>
ENCAMINHAMENTOS/ RESULTADOS	<i>A paralisação ocorreu de manhã e afetou, de acordo com o sindicato, 75% dos trens da zona leste e 40% da linha Santos-Jundiaí. A linha Brás-Calmon Viana permaneceu 100% inoperante das 4h às 11h. Na linha Barra Funda-Estudantes (Mogi das Cruzes), a paralisação foi de 75%, mas os trens voltaram a circular normalmente às 8h. As linhas Barra Funda-Jundiaí e Barra Funda-Paranapiacaba, que começaram a funcionar com 50% da frota, estavam normalizadas por volta das 7h. A greve, inicialmente prevista para se alongar por 48 horas, foi suspensa à tarde, depois de uma audiência de conciliação no Tribunal Regional do Trabalho (TRT). Ficou decidida a formação de uma comissão, com representantes da empresa e dos trabalhadores, para definir os valores da PLR devidos pela CPTM desde 1997. A comissão teria até 30/01/2000 para elaborar a proposta. A greve ficaria suspensa até essa data.</i>
CATEGORIA	TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE PASSAGEIROS
BASE TERRITORIAL	MACEIÓ (AL)
EMPRESA	GREVE DE CATEGORIA
DURAÇÃO	28/12/1999 a 29/12/1999: 2 dias
NÚMERO DE GREVISTAS	127
CAUSAS	<i>Protestavam contra o parcelamento do 13º salário em quatro vezes - de dezembro de 1999 a fevereiro de 2000.</i>
ENCAMINHAMENTOS/ RESULTADOS	<i>Em 29/12, a manifestação começou logo nas primeiras horas do dia. Na porta da empresa Santa Amélia, os trabalhadores fizeram um piquete que impediu os ônibus noturnos de sair da garagem. Deixaram de circular 127 ônibus da empresa, que abrangiam trinta linhas. Os bairros mais afetados pela paralisação, ao longo do dia, foram Santa Amélia, Fernão Velho, Bebedouro, Rio Novo, Chã da Jaqueira e Chã de Bebedouro. Os grevistas saíram em passeata até o centro da cidade, parando os ônibus da Viação São Francisco. À tarde, após a notícia de que a Justiça acabara de conceder um mandado de segurança mantendo o parcelamento do 13º, os rodoviários resolveram estender a paralisação a outras empresas. Em 28/12, o sindicato entrou com recurso para anular a sentença favorável às empresas. A entidade sustentava a irregularidade do processo, uma vez que o mesmo juiz já havia assinado, na semana de 20/12 a 25/12, um mandado pelo qual obrigava os empresários a liberar o pagamento integral do 13º. Para o sindicato, além disso, o parcelamento seria ilegal, interpretação também defendida pela Procuradoria Regional do Trabalho. Na manhã de 29/12, representantes do sindicato participaram de uma audiência na Procuradoria, tentando firmar um acordo para o pagamento das duas últimas parcelas do 13º até o dia 30/12. As empresas, porém, recusaram-se a enviar representantes. Em 29/12, a greve prosseguiu.</i>
CATEGORIA	TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE PASSAGEIROS
BASE TERRITORIAL	BRASÍLIA (DF)
EMPRESA	GREVE DE CATEGORIA
DURAÇÃO	31/12/1999: 1 dia
NÚMERO DE GREVISTAS	8.000
CAUSAS	<i>Protestavam contra o atraso no pagamento dos salários de dezembro e no fornecimento dos tickets-alimentação de janeiro.</i>
ENCAMINHAMENTOS/ RESULTADOS	<i>Às 4h da manhã, cruzaram os braços cerca de 8 mil trabalhadores de sete empresas da cidade - Viva Brasília, Sol, Viplan, Condor, Lotáxi, Planeta e Alvorada. O sindicato dos trabalhadores e os empresários culpavam o governo do Distrito Federal por negligenciar o repasse do dinheiro utilizado pelas empresas para efetuar os pagamentos. Os grevistas da Viação Alvorada realizaram piquetes. Já pela manhã, os funcionários da Viva Brasília - que faz as linhas Paranoá, São Sebastião, Sobradinho e Planaltina - entraram em acordo com a empresa. Por volta das 10h, voltaram a rodar os ônibus da Viação Sol, que cobre a QNQ de Taguatinga. As outras cinco empresas propuseram pagar os tickets-alimentação na mesma data, metade do salário no dia seguinte e a outra metade em 04/01. A oferta foi aceita pelos trabalhadores e, por volta das 12h, os ônibus voltaram a circular normalmente.</i>

CATEGORIA	TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE PASSAGEIROS
BASE TERRITORIAL	VITÓRIA (ES)
EMPRESA	GREVE DE CATEGORIA
DURAÇÃO	10/12/1999: 1 hora e 30 minutos
NÚMERO DE GREVISTAS	(*)
CAUSAS	<i>Reivindicavam o aumento no valor do ticket-alimentação de R\$ 3,00 para R\$ 5,00.</i>
ENCAMINHAMENTOS/ RESULTADOS	<i>A paralisação ocorreu das 8h30 às 10h, no terminal de Laranjeiras. Segundo o sindicato, a tentativa de paralisar os terminais rodoviários não deu certo e, por isso, caso a reivindicação dos trabalhadores não fosse atendida, as próximas paralisações seriam feitas nas garagens das companhias de ônibus. O sindicato patronal se recusava a ceder, afirmando que só negociaria na data-base da categoria, em maio. O sindicato dos trabalhadores informou que o valor do ticket permanecia o mesmo desde 1996.</i>
CATEGORIA	TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE PASSAGEIROS
BASE TERRITORIAL	CAMPINAS (SP)
EMPRESA	VIAÇÃO SANTA CATARINA (VISCA)
DURAÇÃO	07/12/1999: 1 dia
NÚMERO DE GREVISTAS	810
CAUSAS	<i>Reivindicavam o pagamento de salários atrasados.</i>
ENCAMINHAMENTOS/ RESULTADOS	<i>Os trabalhadores da empresa, a maior permissionária da cidade, interromperam o funcionamento das linhas de ônibus que servem à região sudeste. A greve foi decretada de manhã, quando os ônibus já tinham entrado em circulação, porque os salários não foram depositados, conforme previsto -o sindicato recebeu o comunicado de que a empresa adiara a data de pagamento para 11/12. Por volta das 11h, então, os veículos começaram a ser conduzidos de volta à garagem. Segundo o sindicato patronal, a Visca depositou 30% do salário e propôs complementar o pagamento entre 09/12 e 10/12. Os trabalhadores recusaram a oferta, e, em 07/12, permaneciam em greve.</i>
CATEGORIA	TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE PASSAGEIROS
BASE TERRITORIAL	JACAREÍ (SP)
EMPRESA	GREVE DE CATEGORIA
DURAÇÃO	02/12/1999: 1 dia
NÚMERO DE GREVISTAS	(*)
CAUSAS	<i>Reivindicavam o cumprimento de um decreto, aprovado pela Câmara em agosto, que previa multa e apreensão das peruas clandestinas.</i>
ENCAMINHAMENTOS/ RESULTADOS	<i>Os motoristas paralisaram as atividades durante todo o dia. O protesto começou por volta das 7h, em frente à prefeitura municipal. No final da tarde, uma reunião realizada entre representantes do governo, da Câmara, do sindicato e da empresa Jacareí Transportes Urbanos resultou num documento de ação conjunta com o objetivo de coibir o trabalho dos clandestinos. De acordo com o sindicato, caso o decreto municipal não fosse cumprido, a greve seria retomada.</i>
CATEGORIA	MOTORISTAS E COBRADORES
BASE TERRITORIAL	SÃO PAULO (SP)
EMPRESA	GREVE DE CATEGORIA
DURAÇÃO	07/12/1999 a 08/12/1999: 2 dias
NÚMERO DE GREVISTAS	1º dia: 20.000; 2º dia: 536
CAUSAS	<i>Reivindicavam o pagamento dos salários de novembro e a primeira parcela do 13º salário em atraso.</i>
ENCAMINHAMENTOS/ RESULTADOS	<i>Em 07/12, cruzaram os braços 20 mil trabalhadores, de acordo com o sindicato. Segundo a SPTrans (empresa que administra os transportes coletivos</i>

na capital), os trabalhadores tiraram de circulação 23% da frota de ônibus, o que corresponde a 2,4 mil veículos. Pelos cálculos da prefeitura, a greve teria começado com 50% de adesão. Ao todo foram afetadas pelo movimento 21 empresas. A zona sul foi a mais atingida, com cinco empresas paradas, entre elas a Bola Branca, que voltou a funcionar com frota reduzida às 8h50, e a Jurema. A Viação Santa Cecília, que opera na zona leste, retomou a circulação às 9h. Os terminais João Dias e Capelinha ficaram fechados. O terminal Santo Amaro funcionou com apenas algumas viações. O Transurb (sindicato das empresas de ônibus) responsabilizava a prefeitura pela paralisação. De acordo com a entidade, o atraso nos repasses de subsídio e a inoperância da fiscalização das lotações clandestinas estariam complicando a situação das empresas. A dívida do governo municipal com as empresas seria de R\$ 220 milhões. A prefeitura admitia uma dívida de R\$ 200 milhões, que estaria sendo paga em dia, e garantiu que a fiscalização ao transporte clandestino estava sendo feita regularmente, inclusive com o apoio da Polícia Militar. Até o final do dia, continuaram paradas catorze empresas que não haviam fechado acordo com seus empregados: as viações Iguatemi, Vila Industrial, Via Leste, Transvipa, Vila Ema e São Judas (zona leste); Jurema, Parelheiros, Transdaotro e Georgia (zona sul); Ambar e Santa Madalena (zona oeste); ARC e Zefir Júnior (zona norte). Essas empresas, em conjunto, respondem por 16% da frota da cidade, ou 1.650 ônibus. Em 08/12, continuaram em greve os motoristas e cobradores da Via Leste, AAL e Parelheiros e Transdaotro. Na Viação São Judas, só circularam quarenta dos 153 ônibus. Ficaram nas garagens 536 veículos.

CATEGORIA MOTORISTAS E COBRADORES
 BASE TERRITORIAL SÃO PAULO (SP)
 EMPRESA VIAÇÃO VIA LESTE
 DURAÇÃO 09/12/1999 a 22/12/1999: 14 dias
 NÚMERO DE GREVISTAS (*)
 CAUSAS *Reivindicavam o pagamento dos salários de novembro, o adiantamento salarial de dezembro e as duas parcelas do 13º salário em atraso.*
 ENCAMINHAMENTOS/ *Os trabalhadores da Via Leste, antiga Masterbus, estavam em greve desde a*
 RESULTADOS *paralisação geral da categoria, de 07/12 a 08/12. Enquanto a maioria das*
empresas havia pago os salários de novembro e pelo menos a primeira parcela
do 13º, os funcionários da Via Leste continuavam sem receber nada. Em 22/12,
eles permaneciam em greve.

CATEGORIA MOTORISTAS E COBRADORES
 BASE TERRITORIAL SÃO PAULO (SP)
 EMPRESA VIAÇÃO VILA INDUSTRIAL
 DURAÇÃO 21/12/1999 a 22/12/1999: 2 dias
 NÚMERO DE GREVISTAS (*)
 CAUSAS *Reivindicavam o pagamento da segunda parcela do 13º salário em atraso e o*
adiantamento salarial que deveria ter sido feito no dia 20/12.
 ENCAMINHAMENTOS/ *Os trabalhadores da empresa, que atende à zona leste, haviam obtido o*
 RESULTADOS *pagamento dos salários de novembro e a primeira parcela do 13º após terem*
participado da greve geral da categoria, em 07/12 e 08/12. O sindicato
esperava que a empresa acertasse os débitos com seus funcionários até 24/12.
Em 22/12, os trabalhadores permaneciam parados.

CATEGORIA MOTORISTAS E COBRADORES
 BASE TERRITORIAL SÃO PAULO (SP)
 EMPRESA VIAÇÃO IGUATEMI
 DURAÇÃO 09/12/1999: 1 dia; 22/12/1999 a 23/12/1999: 2 dias
 NÚMERO DE GREVISTAS (*)

CAUSAS	<i>Reivindicavam o pagamento da segunda parcela do 13º salário em atraso e o adiantamento salarial que deveria ter sido feito no dia 20/12.</i>
ENCAMINHAMENTOS/ RESULTADOS	<i>Os trabalhadores da empresa, que atende à zona leste, participaram da greve geral da categoria, em 7 e 8 de dezembro, e permaneceram parados em 09/12. Aparentemente, a greve foi retomada em 22/12. O sindicato esperava que a empresa acertasse os débitos com seus funcionários até 24/12. Em 23/12, os trabalhadores continuavam em greve.</i>
CATEGORIA	MOTORISTAS E COBRADORES
BASE TERRITORIAL	SÃO PAULO (SP)
EMPRESA	VIAÇÕES AAL, PARELHEIROS E SÃO JUDAS
DURAÇÃO	09/12/1999: 1 dia
NÚMERO DE GREVISTAS	(*)
CAUSAS	<i>Protestavam contra o atraso no pagamento dos salários de novembro e do 13º.</i>
ENCAMINHAMENTOS/ RESULTADOS	<i>Os trabalhadores das três empresas já estavam parados desde a greve geral da categoria, em 07/12 e 08/12. Os funcionários da Viação Parelheiros, que serve à zona sul, retornaram ao trabalho às 6h45, após negociar com a direção da empresa o pagamento dos débitos. Já os motoristas e cobradores da AAL e da São Judas permaneciam parados.</i>
CATEGORIA	METROVIÁRIOS
BASE TERRITORIAL	SÃO PAULO (SP)
EMPRESA	METRÔ (COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO)
DURAÇÃO	09/12/1999: 1 dia
NÚMERO DE GREVISTAS	7.152
CAUSAS	<i>Reivindicavam o pagamento da participação nos lucros e resultados da empresa (PLR) referente a 1999 e das horas extras, além de reposição de uniformes e cumprimento do plano de carreira.</i>
ENCAMINHAMENTOS/ RESULTADOS	<i>A paralisação foi realizada contra a intenção do Metrô de pagar apenas R\$ 200,00 de PLR, em março de 2000. O conflito entre a empresa e os funcionários começou quando o governo estadual baixou um decreto que impedia, até 31/12, o pagamento de prêmios dessa natureza aos trabalhadores de empresas públicas. O Metrô alegava ter tido um déficit anual de R\$ 25 milhões e, por isso, não haveria razão para pagar a PLR de 1999. O governo do estado sustentava o mesmo argumento. Com a paralisação, deixaram de funcionar todas as 46 estações do Metrô - dezoito da linha Leste-Oeste, 23 da Norte-Sul e oito do ramal Paulista. O sindicato calculou que a adesão ao movimento teria atingido entre 95% e 97% do total de 7.450 funcionários. Segundo a entidade, a direção da empresa havia rejeitado, no dia anterior, uma proposta de manutenção de 10% dos serviços durante a greve. A greve estava prevista para durar 48 horas, mas foi encerrada às 21h de 09/12, depois de o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) julgar a greve não-abusiva e determinar o pagamento das horas paradas aos grevistas. Os metroviários conseguiram ainda a antecipação de R\$ 500,00 referentes à PLR, que deveria ser paga até 20/12. A quantia antecipada seria descontada do valor total definido na negociação. Foi criada uma comissão, com três representantes dos metroviários e outros três indicados pela empresa, para definir, em sessenta dias, como seria pago o restante da PLR. Os trabalhadores também tiveram garantido o direito à estabilidade no emprego por sessenta dias. Caso o Metrô descumprisse a sua parte na decisão do TRT, seria obrigado a arcar com uma multa diária correspondente a 5% da folha de pagamento. Por outro lado, o TRT exigiu o retorno dos funcionários ao trabalho antes das 22h. Caso a greve não fosse encerrada até esse limite, o sindicato seria multado em R\$ 100 mil por dia, e todas as determinações judiciais ficariam anuladas. Em 13/12, o Metrô entrou na Justiça com pedido de efeito suspensivo sobre a decisão do TRT. No dia seguinte, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) suspendeu o pagamento dos R\$ 500,00 aos metroviários até que a ação fosse julgada. Em audiência de conciliação realizada em 20/12, o TRT propôs que o Metrô pagasse os R\$ 500,00 da PLR até 15/01. A empresa recusou o acordo, o tribunal resolveu extinguir o processo, transferindo a responsabilidade ao TST.</i>

CATEGORIA	TRABALHADORES EM EMPRESAS TELEFÔNICAS
BASE TERRITORIAL	RIBEIRÃO PRETO (SP)
EMPRESA	CENTRAIS TELEFÔNICAS DE RIBEIRÃO PRETO (CETERP)
DURAÇÃO	21/12/1999: 1 dia
NÚMERO DE GREVISTAS	770
CAUSAS	<i>Reivindicavam reposição salarial de 10,71%, mais 5% de aumento real, além de reajuste no valor unitário dos 25 vales-refeição mensais de R\$ 7,92 para R\$ 10,00.</i>
ENCAMINHAMENTOS/ RESULTADOS	<i>De acordo com o sindicato, a greve contou com a adesão de 70% da categoria, estimada em 1.100 trabalhadores. A Ceterp oferecia reajuste de 3%, aumento do vale-refeição para R\$ 8,50 e abono de 50% sobre o salário de novembro. Em 21/12, não havia solução para o impasse.</i>
CATEGORIA	TRABALHADORES EM TV
BASE TERRITORIAL	RIO DE JANEIRO (RJ)
EMPRESA	REDE TV!
DURAÇÃO	17/12/1999: 1 dia; 21/12/1999 a 31/12/1999: 11 dias
NÚMERO DE GREVISTAS	1º dia: (*); 2º dia em diante: 160
CAUSAS	<i>Reivindicavam o pagamento de salários e 13º em atraso, além de protestarem contra uma proposta da TV Ômega, proprietária da Rede TV!, que previa a demissão de todos os antigos funcionários da TV Manchete.</i>
ENCAMINHAMENTOS/ RESULTADOS	<i>A direção da Ômega confirmava a proposta de demissão coletiva. A empresa afirmou ter uma folha de pagamento de 1.600 pessoas em todo o país, sendo que a meta era reduzi-la para mil trabalhadores. Em 17/12, entraram em greve por tempo indeterminado os funcionários da Rede TV! na cidade do Rio de Janeiro. Segundo o sindicato local, o quadro de pessoal da empresa no município, que chegou a ser de novecentos funcionários, não chegava, no momento, a 150 trabalhadores. A maioria foi colocada em disponibilidade e estaria sem receber desde novembro. À noite, eles fecharam a sede da empresa e lacraram os equipamentos (não há informações sobre a continuidade do movimento na cidade). Em 21/12, foi a vez de os funcionários de São Paulo cruzarem os braços, em protesto contra o fato de a emissora ter depositado o 13º apenas para os funcionários mantidos em seus postos. Por lei, o 13º deveria ter sido pago até 30/11. Havia 160 demitidos na semana de 13 a 18 dezembro que continuavam sem receber. Até 31/12, a greve prosseguia.</i>
CATEGORIA	EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS
BASE TERRITORIAL	SALVADOR (BA)
EMPRESA	BANCO DO ESTADO DA BAHIA (BANEB)
DURAÇÃO	07/12/1999: 1 hora
NÚMERO DE GREVISTAS	(*)
CAUSAS	<i>Protestavam contra as demissões ocorridas no banco, depois de comprado pelo Bradesco, e reivindicavam a manutenção do plano assistencial.</i>
ENCAMINHAMENTOS/ RESULTADOS	<i>Os trabalhadores paralisaram as atividades de uma agência na cidade por uma hora, no início da tarde. O sindicato temia que oitocentos funcionários fossem demitidos, e algumas agências, fechadas. Em junho, quando o Baneb foi privatizado, o presidente do Bradesco prometeu ao sindicato que não haveria enxugamento de pessoal. Entretanto, só em 06/12, cerca de vinte bancários foram demitidos. O sindicato informou que, de 1990 até então, o banco já tinha perdido 5 mil postos de trabalho, restando apenas 2.800 funcionários. Para o sindicato, as demissões e o fechamento de agências eram atitudes injustificáveis, já que o Bradesco, ao adquirir o Baneb por R\$ 260 milhões, recebeu um crédito fiscal da ordem de R\$ 500 milhões.</i>

CATEGORIA	EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS
BASE TERRITORIAL	GREVE NACIONAL
EMPRESA	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF) E BANCO DO BRASIL (BB)
DURAÇÃO	15/12/1999 a 16/12/1999: 2 dias
NÚMERO DE GREVISTAS	1º dia: 6.282 (RJ, mais CEF de Pernambuco); 2º dia: 1.620 (CEF de Pernambuco)
CAUSAS	<i>Reivindicavam o mesmo índice de reajuste salarial concedido pela Fenaban (Federação Nacional dos Bancos) aos funcionários dos bancos privados - 5,5% -, entre outros pontos, como participação nos lucros e resultados, manutenção das cláusulas sociais e instalação de pontos eletrônicos, para evitar os crescentes conflitos com as empresas por conta do controle de horas extras - os trabalhadores classificavam como obsoleto o sistema de fichas, até então vigente, culpando-o por não receber aquilo a que teriam direito.</i>
ENCAMINHAMENTOS/ RESULTADOS	<i>Tanto o Banco do Brasil como a Caixa vinham se recusando a conceder reajuste salarial, oferecendo apenas abonos. A prática era adotada desde 1995, com a exceção de 1998, quando a CEF cedeu 1% de reajuste. A Caixa oferecia abono líquido de R\$ 1.500,00, participação nos lucros e resultados no valor de 6,25% do salário, auxílio-creche de R\$ 110,00 e auxílio-alimentação de R\$ 8,50. O BB propunha abono de R\$ 1.600,00 ao pessoal administrativo e de R\$ 800,00 aos funcionários de carreira. De acordo com o comando nacional da greve, apenas os bancos federais - CEF, BB, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia e BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) - não vinham observando o reajuste de 5,5% conseguido pelos bancários do setor privado. A CNB calculava que, desde 1995, os bancos privados haviam pago 61,45% de reajuste, contra 25% no BB e 22,15% na Caixa. A comissão dos funcionários do BB protestou contra o cancelamento, em cima da hora, de reunião programada para 15/12. Para os bancários, foi uma demonstração de que a suposta disposição de negociar, anunciada pelos bancos, não passaria de uma farsa. O sindicato informou que os bancários continuavam tentando abrir canais de negociação, por meio de parlamentares e do Ministério Público. As diretorias da CEF e do BB orientaram os gerentes a participar das assembleias que colocaram em pauta a greve, para votar contra a paralisação. Na Bahia, Ceará, Pará, Piauí, Espírito Santo e Paraná, a tática patronal deu certo e a proposta de paralisação foi derrotada. No ABC (Grande São Paulo), sessenta gerentes conseguiram aprovar uma proposta contrária à greve. O sindicato local denunciou que os funcionários dos dois bancos na região estavam sendo ameaçados de demissão. O Tribunal Superior do Trabalho (TST) julgou o dissídio coletivo da categoria em 16/12. A decisão judicial manteve a política de reajuste zero nos bancos federais e, no caso específico do Banco do Brasil e da Caixa Econômica, fixou um abono bruto de R\$ 2,500,00 - segundo os sindicalistas, em torno de R\$ 1.900,00 líquidos. Informações do TST davam conta de que o abono poderia ser parcelado em até quatro pagamentos mensais, mas a diretoria do BB garantiu que o banco desembolsaria o valor do abono de uma só vez, junto com os salários de dezembro. A CNB criticou o resultado do julgamento, denunciando o seu caráter de autoritarismo. Para a entidade, a decisão demonstrou a subserviência do TST ao governo federal. O TST também determinou que os bancos providenciassem, em até doze meses, sistemas de cartão de ponto eletrônico, em vez do sistema manual, para agências ou postos com mais de dez empregados. Em assembleia realizada na noite de 16/12, os bancários da CEF suspenderam o movimento, mantendo-se em estado de greve. Os funcionários de ambas as empresas tinham assembleia marcada para 21/12, com o objetivo de discutir o encaminhamento da campanha. São Paulo Na capital, em 15/12, sessenta agências da CEF (50%) pararam o dia todo, e doze (10%) funcionaram precariamente. No BB, nove agências foram paralisadas durante todo o período e quatro, até as 12h. Em Bauru, aderiram ao movimento 100% das agências da CEF. Em Avaré, a única agência do banco também parou. Em Campinas, não funcionaram as agências Amparo dos dois bancos. Em 16/12, a greve teria atingido mais de cinquenta agências da CEF no estado.</i>

Rio de Janeiro

O sindicato da categoria no estado avaliou que pelo menos 2,5 mil dos seis mil funcionários do BB e metade dos 4 mil bancários da CEF no estado não trabalharam. Na CEF, fecharam todas as dezessete agências situadas no centro da capital, inclusive a de Almirante Barroso, a maior da América Latina. Todos os estabelecimentos do BB no centro também fecharam. Em 16/12, o movimento paralisou dez agências do BB.

Acre

Os bancários pararam 90% das agências da Caixa Econômica.

Alagoas

Os bancários pararam nove agências da CEF e oito do BB.

De acordo com o comando nacional da paralisação, a greve atingiu 90% das agências da CEF em Maceió.

Pernambuco

Em 15/12, a paralisação atingiu apenas a Caixa, com 99% de adesão dos 1,8 mil bancários da ativa, de acordo com a CNB. O sindicato do estado informou que 21 das 24 agências do Recife não funcionaram. Nos municípios da região metropolitana, trinta das 34 agências participaram da greve. Dos 24 estabelecimentos do interior, o balanço divulgado pelos sindicalistas afirma que nove fecharam. No segundo dia de paralisações, a adesão dos funcionários da CEF foi estimada em 90%.

Paraíba

Participaram das paralisações de 15/12 somente os trabalhadores da CEF, mas a adesão também foi quase total, segundo a CNB - 99%. O comando nacional de greve estimou que a paralisação atingiu 90% das agências da empresa em João Pessoa.

Piauí

Em 16/12, foram atingidas duas agências da CEF em Teresina, onde a paralisação foi encerrada às 12h. O sindicato dos bancários piauienses denunciou que a adesão não foi maior porque os trabalhadores sofreram pressão de gerentes e integrantes do alto escalão do banco.

Rio Grande do Norte

80% das agências da CEF deixaram de funcionar. Conforme avaliação do comando nacional de greve, a paralisação atingiu 90% das agências da empresa em Natal.

Rondônia

A maioria das agências da Caixa fechou.

Minas Gerais

Em Juiz de Fora, deixaram de funcionar seis agências da CEF e, em Belo Horizonte, uma filial do banco parou por duas horas.

Distrito Federal

Em Brasília, vinte agências da CEF pararam.

Santa Catarina

Aderiram ao movimento 99% dos trabalhadores da CEF no estado, segundo a CNB. Em Florianópolis, o comando nacional da paralisação avaliou que a greve teria atingido 90% das agências da CEF. Houve paralisação de duas horas nos estabelecimentos do BB na cidade.

Rio Grande do Sul

Em Porto Alegre, dez agências da CEF foram paradas e nas agências centro e Cesec, do BB, houve paralisação de uma hora.

Na CEF, ficaram fechadas dez agências em Porto Alegre, uma em Santa Cruz do Sul, uma em Passo Fundo e outra em Pelotas (as duas últimas, por uma hora). Em Passo Fundo, uma agência do BB também foi paralisada.

CATEGORIA	EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS
BASE TERRITORIAL	RIO DE JANEIRO (RJ)
EMPRESA	BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES)
DURAÇÃO	01/12/1999: 1 dia; 07/12/1999 a 08/12/1999: 3 dias
NÚMERO DE GREVISTAS	1.700

CAUSAS	<i>Reivindicavam 23,07% para recomposição de perdas salariais desde 1994, além de 5,1% de produtividade - equivalente a 60% do índice de rentabilidade registrado no balanço do BNDES para 1998.</i>
ENCAMINHAMENTOS/ RESULTADOS	<i>Em 01/12, os funcionários do BNDES cruzaram os braços por 24 horas, junto com os empregados da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Funcionaram apenas a diretoria e os serviços gerais do banco. O sindicato calculou que o movimento havia mobilizado 95% dos 1.700 funcionários do BNDES. Em 07/12, a paralisação foi retomada, estendendo-se para o dia seguinte, quando a adesão foi total, de acordo com o sindicato. Em 08/12, os manifestantes montaram um piquete em frente ao banco, no centro da cidade. Em vista das dificuldades da negociação, os grevistas esperavam que a diretoria do banco concedesse pelo menos um reajuste em torno de 5%, além de abono, conforme conquistado pelos bancários do setor privado. A direção do BNDES argumentava que as negociações não avançavam porque precisariam ser feitas em consonância com os outros bancos estatais, como a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil. O sindicato informou que as negociações no BB e CEF tinham ido a dissídio no Tribunal Superior do Trabalho (TST). Como o tribunal já se encontrava em recesso, o sindicato via o risco de não obter nenhum resultado nas negociações até março de 2000. Mesmo assim, a greve foi suspensa em 09/12.</i>
CATEGORIA	EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS
BASE TERRITORIAL	RIO DE JANEIRO (RJ)
EMPRESA	COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM)
DURAÇÃO	01/12/1999: 1 dia; 15/12/1999: 1 dia
NÚMERO DE GREVISTAS	60
CAUSAS	<i>Os funcionários da CVM reivindicavam a sua inclusão na Medida Provisória 1.915, de junho de 1999, que reestruturava o plano de cargos e salários da Receita Federal, beneficiando os empregados com teto salarial mais alto.</i>
ENCAMINHAMENTOS/ RESULTADOS	<i>Em 01/12, os funcionários da CVM cruzaram os braços por 24 horas, junto com os empregados do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Funcionaram apenas a diretoria e os serviços gerais do banco. O sindicato calculou que o movimento contou com a adesão de 95% dos sessenta trabalhadores da instituição. A paralisação foi retomada em 15/12. Funcionaram, neste dia, apenas os serviços de processamento das folhas salariais e de férias dos funcionários, a área de protocolo, para despacho de processos e inquéritos em que a CVM tinha prazo legal para julgar. De acordo com o sindicato, a MP 1.915 estabelecia reajustes salariais médios que podiam chegar a 23%, dependendo da faixa em que estiver incluído o funcionário. A MP, entretanto, contrariaria a Lei 9.624, que unificava a tabela de vencimentos da CVM. Segundo o sindicato, a MP já havia sido reeditada em julho, para incluir os fiscais do Ministério do Trabalho e da Previdência Social.</i>
CATEGORIA	EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS
BASE TERRITORIAL	SÃO PAULO (SP)
EMPRESA	NOSSA CAIXA NOSSO BANCO
DURAÇÃO	22/12/1999: 1 dia
NÚMERO DE GREVISTAS	2.500
CAUSAS	<i>Protestavam contra o plano de cargos e salários formulado pela empresa, observando que, entre outros problemas, alongava o tempo de espera para aquisição do direito a promoção, provocava achatamento salarial e excluía funcionários.</i>
ENCAMINHAMENTOS/ RESULTADOS	<i>A paralisação atingiu quatro agências e a central de processamento de dados da empresa, envolvendo 2.500 dos 12 mil funcionários. O banco, que se queixava de estar no limite dos seus custos, afirmou que o novo PCS visava à eliminação de distorções.</i>

CATEGORIA	PROFESSORES
BASE TERRITORIAL	ARACAJU (SE)
EMPRESA	COOPERATIVA DOS PROFESSORES EM EDUCAÇÃO DE SERGIPE
DURAÇÃO	01/12/1999 a 08/12/1999: 8 dias
NÚMERO DE GREVISTAS	1.500
CAUSAS	<i>Reivindicavam o pagamento da segunda parcela dos salários referentes a agosto.</i>
ENCAMINHAMENTOS/ RESULTADOS	<i>Os professores cooperados - profissionais aposentados, desempregados ou mesmo empregados em apenas um turno na rede de educação -, contratados pelo estado, cobravam uma reunião de negociação com o governador, mas não vinham sendo atendidos. Até 08/12, não havia solução para o impasse.</i>
CATEGORIA	PROFESSORES E TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO
BASE TERRITORIAL	GOIÂNIA (GO)
EMPRESA	GREVE DE CATEGORIA (REDE MUNICIPAL DE ENSINO)
DURAÇÃO	06/12/1999 a 07/12/1999: 2 dias
NÚMERO DE GREVISTAS	2.450
CAUSAS	<i>Reivindicavam a implantação do plano de carreira, que determinava um reajuste de 17,60% para professores de "nível 1" e de 30,97% para os que estiverem em final de carreira. Além disso, denunciavam a inexistência de uma conta específica para a educação pública, a aplicação de menos de 30% da arrecadação municipal no setor e o pagamento de menos de um salário mínimo para os servidores da área.</i>
ENCAMINHAMENTOS/ RESULTADOS	<i>Segundo o sindicato, 50% das 160 escolas municipais vinham interrompendo suas atividades na metade do expediente (não foi possível obter a data exata em que as paralisações tiveram início). A rede de ensino público da cidade empregava 4 mil professores e 3 mil funcionários. Em 07/12, os grevistas resolveram suspender a paralisação. A medida visava não prejudicar os alunos no final do ano letivo. Além disso, como a Câmara de Vereadores local estava prestes a encerrar as atividades de 1999, não havia possibilidade imediata de atender à reivindicação de envio ao Legislativo municipal do plano de carreira dos servidores da educação.</i>
CATEGORIA	JORNALISTAS
BASE TERRITORIAL	SÃO PAULO (SP)
EMPRESA	GAZETA MERCANTIL
DURAÇÃO	28/12/1999: 4 horas
NÚMERO DE GREVISTAS	(*)
CAUSAS	<i>Reivindicavam o pagamento da segunda parcela do 13º salário, em atraso.</i>
ENCAMINHAMENTOS/ RESULTADOS	<i>Os jornalistas pararam a redação do jornal. Após negociações, a direção da empresa se comprometeu a pagar a parcela vencida junto com o salário de dezembro, no dia 30/12, o que acabou se concretizando.</i>
CATEGORIA	FUNCIONALISMO PÚBLICO MUNICIPAL
BASE TERRITORIAL	CARAPICUÍBA (SP)
EMPRESA	GREVE DE CATEGORIA
DURAÇÃO	16/12/1999 a 22/12/1999: 7 dias
NÚMERO DE GREVISTAS	3.000
CAUSAS	<i>Reivindicavam o pagamento dos salários atrasados havia três meses, além do 13º.</i>
ENCAMINHAMENTOS/ RESULTADOS	<i>A greve foi iniciada após o descumprimento da promessa feita pela prefeitura de pagar os salários atrasados em 15/12. Os manifestantes esperavam que fossem depositados, em 23/12, pelo menos dois meses de vencimentos devidos pelo governo. Estava marcada para a mesma data uma assembléia da categoria para decidir os rumos do movimento.</i>

CATEGORIA	FUNCIONALISMO PÚBLICO FEDERAL
BASE TERRITORIAL	GREVE NACIONAL
EMPRESA	GREVE DE CATEGORIA (TÉCNICOS E AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL, AUDITORES DO INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL E AUDITORES DO MINISTÉRIO DO TRABALHO)
DURAÇÃO	09/12/1999: 1 dia
NÚMERO DE GREVISTAS	5.110
CAUSAS	<i>Protestavam contra o rebaixamento salarial imposto pela regulamentação da Medida Provisória nº 1.915/99, que criava o plano de cargos e salários da categoria, e contra a falta de controle fiscal das importações brasileiras - alterações recentes na legislação da Receita Federal teriam esvaziado o papel da fiscalização. Também reivindicavam o aumento da amostragem a ser fiscalizada, a realização de um concurso público para a contratação imediata de auditores fiscais e auxiliares, mais equipamentos de trabalho e a criação de uma lei que estabelecesse punições severas aos sonegadores.</i>
ENCAMINHAMENTOS/ RESULTADOS	<i>Os trabalhadores fizeram paralisações e operação-padrão em todo o país, durante todo o dia. Foi a primeira greve conjunta dos funcionários da Receita Federal e do INSS. A medida provisória contra a qual os trabalhadores se voltavam mudava os critérios para a concessão da gratificação de desempenho. Entre as mudanças apontadas pelo sindicato como prejudiciais aos funcionários, o projeto do governo determinava, necessariamente, a atribuição de nota zero ao desempenho de 20% dos trabalhadores, mesmo tendo cumprido todas as metas estabelecidas. Tendo seu desempenho avaliado como insuficiente, uma parte dos funcionários teria seu salário reduzido - a gratificação chega a 50% dos vencimentos. De acordo com a medida, 60% da categoria teria de ter seus resultados classificados como regulares, ruins ou péssimos, e apenas 10% poderiam conquistar o limite máximo da gratificação. Como a MP ainda não havia sido regulamentada, a gratificação estava provisoriamente fixada em 30%. Para o sindicato, a medida representava um rebaixamento médio de 10% nos ganhos da categoria. Segundo o sindicato da categoria em São Paulo, a ausência de controle sobre as importações possibilitava a livre entrada de mercadorias pelos aeroportos, portos e pontes alfandegárias do país, facilitando o contrabando e o narcotráfico. De acordo com a entidade, 98% de toda a carga que entra no Brasil não sofre qualquer fiscalização, por conta de três instruções normativas da Receita Federal, baixadas em 1996 e 1998. O sindicato nacional da categoria estimou a adesão em 70% dos 7.300 auditores fiscais de todo o país. A paralisação atingiu 100% de adesão em Vitória (ES), Manaus (AM), Belém (PA), Curitiba (PR), Joinville e Florianópolis (SC). Em Porto Alegre, pararam cerca de 40% dos funcionários. De acordo com levantamento da própria Receita, o órgão tinha 25.812 servidores em 1968. Em 1998, havia 19.255 trabalhadores. O movimento teria sido fraco em Recife (PE) e São Luís (MA). Nas aduanas de Foz do Iguaçu (PR) e Uruguaiana (RS) e no aeroporto de Cumbica (Guarulhos, na Grande São Paulo) não houve paralisação, mas operação-padrão - mercadorias e documentação eram conferidas uma a uma. Os auditores fiscais do porto, aeroportos e Ministério da Fazenda do Rio de Janeiro (RJ) também aderiram à paralisação. O sindicato local calculou que 80% da categoria teria participado do movimento. Em São Paulo, 90% dos cerca de mil fiscais paralisaram as atividades. Houve protestos em frente ao Ministério da Fazenda. Na alfândega do porto de Santos (SP), o maior do país, a greve suspendeu a liberação e a conferência de documentação das cargas. Somente produtos perecíveis e cargas perigosas escaparam do protesto. Cerca de 4.500 contêineres foram retidos. Segundo o sindicato, o serviço de fiscalização no porto necessitaria de 510 auditores fiscais, mas dispunha, até então, de apenas 170. Em razão da falta de funcionários, somente 3% das exportações eram fiscalizadas e 7% dos contêineres, vistoriados. Em Salvador (BA), os serviços de tributação, arrecadação e fiscalização de atendimento ao público e o julgamento de processos foram suspensos. As atividades aduaneiras nos portos, aeroportos e pontos de fronteira também foram atingidos pelo movimento.</i>

(*) Não foi possível obter mais informações através da imprensa e dos sindicatos.

Nota: Solicitamos a todas as entidades sócias que tenham algum acompanhamento das greves realizadas pela categoria que enviem as informações ao Escritório Nacional do DIEESE para serem publicadas nesta seção.